

PERSONIFICAÇÃO MÍSTICA DA MULHER MATERIALIZADA NO MEDIEVO: VOZ DO EU FEMININO E A REPRESENTAÇÃO NA ESCRITA LITERÁRIA

MYSTICAL PERSONIFICATION OF WOMEN MATERIALIZED IN THE
MIDDLE AGES: THE VOICE OF THE FEMININE SELF AND THE
REPRESENTATION IN LITERALY WRITING

Jaqueline Tavares da Silva¹

Email:jaquehist2018@gmail.com

Prof. Dr. Wagner Gonzaga Lemos

E-mail: wagner.lemos@ifs.edu.br

RESUMO

Pesam sobre a Idade Média muitos estereótipos, alega Umberto Eco. É preciso pensar o que ela não é, e, acima tudo, o que nos deixou na atualidade como ressonâncias de seu tempo nas diversas práticas sociais. De modo geral, essa pesquisa percorre os caminhos da historiografia em diálogo permanente com a linguagem no que se refere à vida cotidiana das mulheres medievais, enquanto formadoras e construtoras do pensamento erudito medieval. Para tanto, utilizamos da literatura como instrumento de comparação, exposição e discussão sobre os aspectos que envolvem a escrita dessas mulheres no tocante à vida privada/pública, como também da monástica, e de como foi consolidado na historiografia ocidental a contribuição intelectual delas durante a Idade Média. Seguindo os pressupostos da História Cultural, abordaremos, a partir do campo de investigação da História das Mulheres, os elementos das vozes femininas presentes nos textos cunhados por suas próprias mãos, o que demonstra a importância da relação entre obra e contexto social.

Palavras-chave: Escrita literária. Mulheres medievais. Pensamento erudito.

ABSTRACT

Many stereotypes weigh on the Middle Ages, claims Umberto Eco. It is necessary to think what it is not, and above all what it left us today as resonances of its time in the

various social practices. In general, this research follows the paths of historiography in permanent dialogue with language regarding the daily life of medieval women as trainers and builders of medieval erudite thought. For this purpose, we will use literature as an instrument of comparison, exposure and discussion on the aspects that involve the writing of these women with regard to private / public life as well as monastic life, and how their intellectual contribution during the Middle Ages was consolidated in Western historiography . Following the assumptions of Cultural History, we will approach, from the field of investigation of the History of Women, the elements of female voices present in texts coined by their own hands, which demonstrates the importance of the relationship between work and social context.

Keywords: Literary writing. Medieval women. Scholarly thinking.

1 INTRODUÇÃO

Régine Pernoud (1980), na obra “*A mulher no tempo das catedrais*”, nos traz uma visão sobre a mentalidade em constante mudança que ocorre da Idade Média, sobretudo no que se refere às mulheres. Com efeito, a representação imagética dessas mulheres perpassa pela ligação existente com o evangelho. Aliás, todos os movimentos culturais, artísticos, intelectuais, arquitetônicos entre outros, passavam pelo poder da igreja, que detinha o controle social. E é nesse contexto que nasce um novo tipo de mulher: a religiosa. Sobre este aspecto, a autora esclarece que todas as monjas aprendiam as letras e consagravam duas horas pela manhã à leitura diária. Em suas palavras, diz ela que “as abadessas não são apenas educadoras ou protetoras das letras, têm pessoalmente, enquanto criadoras, um papel de primeiro plano” (PERNOUD, 1980, p.44).

Diante disso, a pergunta-síntese que norteará o presente trabalho considera as seguintes questões centrais: De que maneira o discurso medieval sobre as mulheres pode ser analisado? Como as mulheres foram também produtoras de suas próprias imagens por meio da escrita literária? Haveria desse modo uma normatização da performatividade feminina no que se refere aos construtos sociais estabelecidos?

Outras questões necessitam serem levantadas a partir das leituras de revisão bibliográfica dos principais autores medievais como Le Goff, Marc Bloch, Georges Duby e Régine Pernoud. A atenção destes estudiosos se volta à esquematização dos pressupostos que configuraram os estudos historiográficos anteriores à década de 1960, sobre a atuação das mulheres medievais na construção do pensamento erudito. Até então, não se tinham menção dos trabalhos realizados por elas na literatura, o que provocou novas perspectivas de revisionismo dos textos, tendo que considerar o diálogo que se faz entre bibliografia e documentação, o que fundamenta a tese de que toda obra literária é a expressão de uma época. Portanto, indaga-se também sobre os inscritos no corpo feminino, que se tornaram significado social durante a Idade Média. Para isso, será crucial a averiguação do cenário em que a mulher concretamente foi definida pela sua posição e pelas suas funções no seio familiar. Além disso, será importante examinar como é possível identificar a presença das mulheres na construção do Pensamento Erudito Ocidental, bem como

quais foram as deturpações na narrativa historiográfica que geraram interpretações fragmentadas e ideológicas desse período em relação às mulheres.

Em suma, a situação problema que envolve as mulheres na Idade Média varia, pois é preciso levar em conta as etnias, as classes sociais, o contexto urbano ou rural, específicos de cada contexto histórico e espacial. Por esse motivo, a presente pesquisa limita-se a mulheres escritoras religiosas e a contribuição destas para o pensamento erudito, de até então, sobre o papel notadamente normatizado pela instituição clerical que vigorava: a Igreja Católica.

Justificando o presente trabalho, a vida cotidiana, que aos poucos foi ganhando características próprias de um fazer científico, passou a ser nomeada a partir do século XVIII. Como a “invenção do cotidiano”, a historicidade e o cotidiano estavam cada vez mais atrelados aos “usos e costumes” da população, com uma pequena ressalva: a vida marginal dos submundos de uma sociedade excluída e desfigurada estava quase em esquecimento. Nessa realidade é que a vida das mulheres começa a fazer sentido e a ganhar notoriedade nos estudos acadêmicos, a partir da década de 1960, com o advento da onda feminista, apesar de anos antes a Escola dos *Annales* conceder uma pequena abertura para tal avanço, conhecida como “a grande reviravolta da historiografia”. Desse modo, “é no movimento de uma transformação profunda das relações sociais que a “vida cotidiana” vai se redefinindo e tomando as formas e os conteúdos atuais” (CARDOSO; VAINFAS, p.379).

Quanto ao objeto de pesquisa, Michelle Perrot (2007) nos direciona para um olhar cuidadoso que devemos ter diante de sua problematização e de suas interfaces. Segundo ela, “existe uma abundância, e mesmo um excesso, de discursos sobre as mulheres: avalanche de imagens, literárias ou plásticas, na maioria das vezes, obra dos homens, mas quase se ignora o que as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou as sentiam” (PERROT, 2007, p.22). É por esse percurso que as mulheres passaram a ser objeto da história, por meio de temáticas de grupos sociais excluídos, assumido, a princípio, pelo domínio da História Cultural, dando seu caráter de história-problema.

Dentro desse campo de investigação - História das Mulheres e do Cotidiano -, alguns autores merecem destaque por se fazerem, no Brasil, estudos diante da temática dos medievalismos, a saber: Souza (2012), com a tese intitulada “*Incompletos e imperfeitos: as representações corporais femininas na literatura médica (séc. XIII)*”; Dittrich (2016): “*Voz e emergência do eu feminino: o limiar entre o sagrado e o profano na passagem do canto amoroso medieval ao moteto*”; Souza (1995): “*Vocalidade e escrita nas cantigas de Santa Maria*”; Leite (1999): “*Cristiane de Pisan: uma visão da mulher medieval*”; Moreira (2009): “*O perfil das mulheres religiosas em cantigas de Santa maria e miniaturas: estudos da relação entre texto e imagem*”; Dias (2001): “*A educação feminina na Idade Média: damas e religiosas*”. Todos esses trabalhos podem ser verificados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e foram aqui mencionados por trazerem uma perspectiva que dialoga com os domínios da linguagem, assim como da história.

Logo, sabendo que a linguagem é própria do ser humano e que é por meio dela que vivemos em sociedade, a presente pesquisa situa-se sobre os aspectos da linguagem e da história em constante diálogo. Ademais, Patrick Charaudeau (2008), na obra “*Linguagem e discurso: modos de organização*”, conceitua que:

A linguagem é uma atividade humana que se desdobra no teatro da vida social e cuja encenação resulta de vários componentes, cada um exigindo um “*savoir-faire*”, o que é chamado de competência. Uma competência situacional, pois não há ato de linguagem que se produza fora de uma situação de comunicação. Isso nos obriga a levar em consideração a finalidade de cada situação e a identidade daqueles (locutores e interlocutores) que se acham implicados e efetuam trocas entre si (CHARAUDEAU, 2008, p.07).

Por outro lado, a lacuna que se faz presente considera que as representações das mulheres medievais passam por um lugar de produção social das existências e que são um “teatro” de um processo portador de historicidade, carregado de ressonâncias contemporâneas que foram alimentadas nas práticas sociais. Desse modo, são um programa de pesquisa, sobretudo, entre palavras e coisas, entre a ordem dos corpos e a ordem dos discursos.

Espera-se com isso que a pesquisa esclareça que as relações entre as duas esferas - história e linguagem - não se dão mais num senso único de domínio de uma esfera sobre outra, mas se realizam numa relação de articulação entre dois polos, entre os quais existe uma dialética constante.

Interrogar como se originou o discurso medieval sobre as mulheres e como elas foram também produtoras de suas próprias imagens, em suas aparições por meio da escrita literária, é o principal objetivo deste estudo. Além disso, outros objetivos fazem-se necessários, como: i) abordar quais são os inscritos no corpo feminino que se tornaram significado social durante a Idade Média, averiguando o cenário em que a mulher concretamente foi definida pela sua posição e pelas suas funções no seio da família; ii) examinar como é possível identificar a presença das mulheres na construção do Pensamento Erudito Ocidental, e, por fim, iii) explorar quais foram as deturpações na narrativa historiográfica que geraram interpretações fragmentadas e ideológicas desse período em relação às mulheres.

Considerando a importância dos temas supracitados, apresentaremos, neste texto, uma análise crítica, descrita como um conjunto de verbetes introdutórios, no que concerne aos cenários intelectuais e ao cotidiano das mulheres durante a Idade Média, podendo alçar mais pesquisas posteriores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O cenário que prefigura nosso objeto de pesquisa

De acordo com Rachel Soihet (1997), “a escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se um dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores” (p.428). Todavia, em nenhum momento é colocado como impossível de se concretizar, uma prova cabível dessa afirmação seria sua própria escrita. Devido a essa dificuldade, por muito tempo foi aconselhável que os estudos epistemológicos sobre as mulheres tecessem uma linha com maior ênfase sobre o seu imaginário e sobre as representações dadas a elas pelos homens. Por isso, faz sentido a declaração de Paul Veyne (1971): “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (p.17).

Dessas premissas, devemos reter que, com o advento de novas abordagens nesse campo de investigação, tornou-se crucial a atenção para o que as mulheres dizem/disseram, quando e o porquê delas dizerem. A esse respeito diz Karine Simoni:

Se ao longo do tempo foi aceito que as mulheres ficaram à sombra de um mundo dominado pelo masculino, a tendência atual é a de revisão desse paradigma. A história das mulheres, geralmente escrita por homens e com base em fontes elaboradas por autores masculinos e escolásticos, está sendo substituída por abordagens que privilegiam registros deixados pelas próprias mulheres (SIMONI, 2010, p.1).

No tocante a essa discussão, para escrever a história, de acordo com Michelle Perrot (2007), “são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres, pois sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios” (p.21). Semelhantemente, Angela Gomes (2004), na obra intitulada: “*Escrita de si, escrita da história*”, debruça-se sobre as noções de memória, documento, verdade, tempo e história, a partir das novas categorias de indivíduo, a saber: todo indivíduo é social. Portanto, singularidade traduzida em multiplicidade e fragmentos do próprio indivíduo e de suas memórias através do tempo. Para ela, as práticas de escrita de si evidenciam dois tipos de situação: “i) como uma trajetória individual tem um percurso que altera ao longo do tempo por sucessão; ii) como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser decomposto em tempos com ritmos diversos” (GOMES, 2004, p.13). Foi com essa percepção de indivíduo que se legitimou os registros de memória também do sujeito comum, fazendo entender que os acontecimentos diários são tão importantes quanto os grandes feitos humanos, daí os estudos sobre as mulheres numa perspectiva micro histórica, na qual para se penetrar no passado feminino é preciso considerar as pistas que podem ser usadas para transpor o silêncio e a invisibilidade das mulheres ao longo do tempo.

Jacques Le Goff, maior historiador sobre o período medieval, no livro “*O Deus da Idade Média*” (2007), faz as seguintes indagações: como os homens e as mulheres da Idade Média imaginam Deus e que relacionamentos mantinham com Ele? Essas questões, de modo mais aprofundado em relação às mulheres, podem ser analisadas na sua escrita. Por isso, a importância desse estudo, visto que são suas vozes expressas pela escrita literária. Nesse sentido, nos diz Umberto Eco que “em redor da Bíblia crescem todas as demais formas de expressão literária” (ECO, 2010, p.496). Isso se dá porque, segundo Le Goff, o Deus da Idade Média não tem concorrentes, Ele é oficial, o que resulta em uma sociedade medieval formada pelo domínio da Igreja que supervisionava e controlava a população, sendo propagada no dia a dia por meio dos sermões. Deus é o ponto mais alto do sistema feudal, é o Senhor dos senhores. É nessa cultura medieval que temos a mentalidade da época. “Para a Igreja, a forma mais lícita, a melhor, de vida monástica era o cenobitismo, ou seja, a vida coletiva nos conventos” (LE GOFF, 2007, p.88). É tanto que, segundo Perrot:

Dois lugares foram propícios à escrita: os conventos e os salões, o claustro e a conversação. Na Idade Média, os conventos favorecem a leitura e mesmo a escrita das mulheres, a tal ponto que, ao final do século XIII, as mulheres da nobreza pareciam culturalmente superiores aos homens que se dedicavam a guerrear, como nas cruzadas ou em outras circunstâncias. Cultas e desejosas de amar de uma outra maneira: daí surge, talvez, o amor cortês. As religiosas copiam os manuscritos e se apropriam do latim proibido (PERROT, 2007, p.32).

É nesse cenário que as mulheres intelectuais se inserem em um contexto não de passividade, mas de efetividade. Desse modo, Le Goff enfatiza que:

Esse misticismo se desenvolve sobretudo a partir do século XIII e produzirá, no século XIV, monjas que pretenderão introduzir Deus nos governos da sociedade cristã é nisso que hoje chamamos de política. As pregadoras desse Deus politizado foram essencialmente Brígida da Suécia e Catarina de Sena (LE GOFF, 2007, p.94).

Quando Tedeschi (2012) afirma que o processo histórico das mulheres foi marcado pela desmemorização e pela descorporalização, traz-nos um apelo à autonomia do narrar e do escrever das mulheres. Isso é possível, segundo ele, por meio da história corporal das mulheres através da linguagem. Nisso, consiste, por exemplificação, o mito da Virgem Maria, os mitos de mulher e de mãe, que predestinam as mulheres às tarefas da maternidade. Introduzido no pensamento ocidental durante a Idade Média, é dado a perceber que a “maternidade inscrita no corpo feminino é significado social” (TEDESCHI, 2012, p.18). Tal pensamento culminou em um discurso da moral cristã no mundo medieval, que ressoa até os dias de hoje, pois, na concepção do autor mencionado, “falar da identidade feminina dentro da Igreja, é falar e demonstrar estruturas e concepções ainda presentes do imaginário feminino atual” (p.17), gerando um processo de naturalização do comportamento. Tedeschi acrescenta ainda que:

A subjetividade e a conduta dos indivíduos eram simplesmente a expressão e o efeito da experiência do real e a tomada de consciência dos significados que esse real possuía. E, portanto, a linguagem com que os indivíduos se referem ao mundo em que vivem e ao lugar que ocupam nele, definem sua identidade e seus interesses e dão forma expressiva a suas crenças (TEDESCHI, 2012, p.10).

Ancorados pelos pressupostos de Tedeschi, temos que a linguagem é discurso, representação da realidade e sistema de significação que traz sentido às práticas sociais. Indo ao encontro dessa visão, diz Rêgo (2020): “a religião, enquanto processo civilizatório, demanda para horizontes discursivos imagéticos em um dado tempo e lugar de invenções dos cotidianos, fornecendo argumentos de sustentação ético-moral e político-ideológico” (p.74). É por esse caminho que o presente trabalho procura direcionar-se, visto que as obras literárias, principalmente a escrita religiosa, também aparecem como formas de expressão feminina, portanto, como categoria de análise.

Perrot (2007) enfatiza que a história das mulheres é uma narrativa histórica em construção, e, para ir além, diz-nos que “os discursos e as imagens cobrem as mulheres como uma vasta e espessa capa” (p. 25), pois, segundo ela, e faço-me de suas palavras: “o silêncio mais profundo é o do relato”. Desse modo, a falta de vestígios nas fontes historiográficas resulta na ausência de informações precisas e circunstanciadas sobre as mulheres reais. “Eis aí outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segundo as épocas” (PERROT, 2007, p. 17).

Nesse sentido, apresentar as mulheres como história-problema em contraste com a antiga história-narrativa requer um grau de complexibilidade. É nesse ponto que o trabalho de memória encontra obstáculos, tanto de documentação, quanto do próprio sistema de signos. “Inicialmente, por ausência de registro, na própria língua, a gramática contribui para isso. Quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural: *e/les* as dissimulam. No caso de greves mistas, por exemplo, ignora-se quase sempre o número de mulheres” (PERROT, 2007, p.21).

Em contrapartida, a diversidade dos objetos e a alteridade cultural trouxeram ao discurso histórico a redenção que possibilitou a procura incessante por novos eventos e documentos que viabilizem uma escrita de memória à apresentação substancial sobre a mulher, nos aspectos materiais (configuração corpórea), de alma e de espírito. Paul Veyne (1971), na obra “*Como se escreve a História*”, esboça que a história é uma narrativa de eventos, pois, “como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos” (VEYNE, 1971, p.7).

Georges Duby, na obra intitulada *História da vida privada 2*, resgata a árdua habilidade de se deixar entender as palavras na procura de fazê-las, por si só, contar-nos uma história. Elucida ele: “O que era a vida privada nos tempos feudais? Para construir uma problemática eficaz — pois, repito-o, é disso que se trata — o melhor método, creio, é partir das palavras, explorar um campo semântico, isto é, o nicho onde se acha refugiado o conceito” (DUBY, 2009, p.15).

É errôneo representá-las dentro da passividade. O fato é: mulheres durante a Idade Média, por mais que se creditasse a elas a falta de criação, para as mulheres era incumbida apenas a tarefa de reprodução das diversas artes. Embora houvesse singularidade em relação ao meio e às percepções de mundo, pensamentos e vivências, as ciências sociais nos traz evidências descritivas de diversos campos da atuação feminina, ainda que sensível. Portanto, parte daí uma análise emblemática sobre as mulheres dessa temporalidade tão vasta. Em todo caso, procura-se estabelecer conexão entre as mulheres da nobreza enquanto servis, destacando a falta ainda maior de estudos voltados às mulheres das camadas mais pobres, pois, sobre estas, falta o devido acervo histórico constitutivo de sua época, em todas as esferas da vida.

Jacques Le Goff (2007), em sua obra “*O Deus da Idade Média*”, tece uma linha geral sobre como os homens e a mulheres imaginam Deus e de como mantinham essa relação. Para ele, tudo dependia do lugar social. Sendo assim, havia um Deus para os clérigos, leigos, monges, para os poderosos, os humildes, os seculares, entre pobres e ricos. Segundo ele, nesse momento da história (fim do Império Romano em 476 e a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453), não existe outro deus além do Deus dos cristãos, mas apenas falsos deuses. Com tamanha devoção, a passagem do monoteísmo foi uma formação histórica que reconfigurou a sociedade medieval. Desse modo, “os clérigos formam a Igreja, principal poder dominante da Idade Média e da sociedade feudal, que supervisiona, controla, garante o domínio de Deus sobre o conjunto da sociedade e mais especialmente dos leigos” (LE GOFF, 2007, p.67).

É no cotidiano com os sermões que a Igreja solidifica o novo modelo a ser seguido pelos fiéis. Le Goff (2007) nos diz que, diante da cultura, a Igreja manifesta a sua vontade que era vista como a vontade de Deus para os homens. Os principais instrumentos da dominação, utilizados pela Igreja, foram: a consolidação da teologia e a prática dos sacramentos. O sacramento que será apresentado em poucas linhas é o do matrimônio, pois é nele que consiste grande parte da vida das mulheres e de seus registros.

Poucas épocas tiveram, como a Idade Média cristã ocidental dos séculos XI –XV, a convicção da existência universal e eterna de um modelo humano. Numa época dominada e impregnada até às suas fibras mais íntimas pela

religião, esse modelo era, evidentemente, definido pela religião e, acima de tudo, pela mais alta expressão da ciência religiosa: a teologia (Le Goff, 2007, p.10).

A diversidade da condição da mulher durante a Idade Média remonta em particular ao universo privado, e em todo caso, a vida confinada que o matrimônio exige. Longe disso, encontramos mulheres marginalizadas que sobrepujavam sua própria natureza, muitas vezes, pela necessidade de renda. Estas, aos olhos da comunidade, eram vistas com má reputação. Em um primeiro momento, adentramos ao espaço conjugal na tentativa de explorar os mecanismos formadores do ideal de “mulher guardiã do lar”. Sabendo disso, busca-se introduzir a posição dessas mulheres, assim como sua função no seio da família, que segundo Le Goff (1989):

traz a ideologia medieval subjacente que faz da mulher um ser falso e tentador, o melhor aliado do demônio, uma eterna Eva mal resgatada por Maria, um ser escabroso para quem o vigia, um mal necessário para a existência e o funcionamento da família, para a procriação e para o controle da sexualidade, que é o perigo para o homem cristão (p.10).

Diante da documentação referente à Idade Média, percebe-se que a voz das mulheres é silenciada e cautelosa, sendo, na grande maioria, registrada pelas camadas mais altas (a classe cavaleiresca, para o período mais antigo e a burguesia das cidades, para os finais da Idade Média), por meio da literatura familiar, dos diários e das memórias. Segundo Le Goff (1989):

No esquema da sociedade trifuncional, a mulher não tinha qualquer lugar. Se, para os homens da Idade Média, existe uma categoria mulher, durante muito tempo a mulher não é definida por distinções profissionais, mas pelo seu corpo, pelo seu sexo, pelas suas relações com determinados grupos. A mulher define-se como esposa, viúva ou virgem. Foi vítima das coações que o parentesco e a família foram impondo à afirmação das mulheres como indivíduos dotados de uma personalidade jurídica, moral e econômica (p. 22).

Para Christiane Klapisch-Zuber (1989), “a preocupação de procriar descendentes legítimos é a única justificativa para o matrimônio” (p.198). Além disso, para ela o dote tornava as mulheres desvalorizadas e implicava diversas consequências na realidade social das mulheres marginalizadas, que não possuíam poder aquisitivo ou nome familiar de grande influência. Uma dessas consequências foi a quantidade de mulheres que entrava para os conventos. Diferentemente do que se pensa sobre essa questão, as mulheres entravam nessa vida monástica por dois motivos principais: o primeiro diz respeito ao medo da morte durante os partos, em nível assustador para o período; e o segundo pela questão dos dotes – os chefes de família optavam, muitas vezes, apenas por casar a filha mais velha.

Parte-se da ideia de Tedeschi (2012) afirma que, “no imaginário social da época, as mulheres são “seres do silêncio por sua própria natureza [...], feitas para tarefa do corpo, da procriação, da casa, da agricultura, da domesticação dos animais, do servir-cuidar-nutrir, sem capacidade como sujeito” (p.11). Pode-se também argumentar que, segundo o autor, diante de um pressuposto temporal marcado, na sociedade feudal, por uma força explicativa universal ao gênero, “a maternidade inscrita no corpo feminino é significado social” (p.18). Dessa forma, a linhagem passa a ser a prioridade entre tais famílias, que se utilizam do corpo dessa mulher com grande intensidade. Le Goff (1989) nos diz que “a mulher é uma personagem fundamental das alianças que se contraem no interior da aristocracia feudal,

oportunidade de ascensão social para o marido, vê-se, em geral, relegada para uma condição inferior a que possuía, em virtude dos casamentos resultantes dessa estratégia” (p.22).

Nota-se, com isso, que a participação da mulher no acordo nupcial é passiva e marcada pela sociedade feudal, que interferia bruscamente no modelo de vida das mulheres da nobreza que eram subjugadas veementemente em um “processo de naturalização do comportamento” (TEDESCHI, 2012, p.18).

Zuber (1989) nos direciona em um viés, aonde o grande desafio familiar da Idade Média repousa sobre a morte que se abate impiedosamente na sociedade. Para abrandar os danos, gerar herdeiros parecia, em curto prazo, uma solução viável. À vista disso, a mulher carregava o fardo da responsabilidade. Para tanto, eis a problemática: a mulher continua a ser uma engrenagem subordinada à reprodução familiar? Segundo ela, “o coração da casa medieval é o quarto: é lá que a mulher está, trabalha, concebe, dá à luz; e é lá que morrerá. Sabe-se ainda muito pouco acerca da vida biológica da mulher casada e sobre os efeitos que as funções que lhe são atribuídas têm sobre o seu corpo e sobre o seu comportamento” (ZUBER, 1989, p.198). Na aplicação no mundo fechado da vida familiar que justificava a subordinação da mulher, procura-se apreender sobre o domínio que corresponde a ela: a casa - espaço fechado e protegido, lugar onde a vigilância era constante e ensurdecadora.

A fragilidade e a fraqueza das mulheres exigem proteção e vigilância. As suas andanças pelo exterior devem reduzir-se a percursos bem controlados: a igreja, o lavadouro, o forno público ou a fonte, lugares que variam de acordo com a condição social, mas que são designados de forma precisa. Lugares que, por outro lado, suscitam curiosidade e angústia nos homens. A tal ponto, têm a impressão de que as palavras que aí circulam escapam a sua vigilância (Zuber, 1989, p.206)

O medo também controlava a mente dos homens que vigiavam as mulheres, sob a desconfiança de suas ações, atos e palavras. A voz da mulher era uma ferramenta que podia causar grandes danos à reputação do marido, passível de punição por não exercer sua autoridade sobre a esposa. Um exemplo das formas de punição é o ritual do burro, que pune a inversão evidente dos papéis conjugais. A vida conjugal também é coletiva, podendo acarretar grandes alvoroços no seio da comunidade. Tal castigo simbólico demonstra que a insubordinação das mulheres trazia reprovação não só do marido, mas também de toda sociedade.

Diante da cultura medieval, na mentalidade da época, o homem exercia domínio sobre a mulher, justificado pela autoridade natural sobre ela, princípio que se estenderá por longos períodos da história. Desse modo, o corpo que envolve a mulher não é dela, é apenas um receptáculo de vontades alheias.

De fato, saber tratar com uma mulher exige que se desconfie constantemente das suas exigências. O seu corpo, que é tão necessário para a sobrevivência das linhagens, está sujeito a uma natureza demasiada inconstante. Mal governado pela falta de razão, que é típica das mulheres, esse corpo exige que o seu senhor, o marido, satisfaça os apetites de uma forma prudente e regular, mas sem se entregar à vertigem dos sentidos, o que arruinaria a sua autoridade (ZUBER, 1989, p.205).

Como dito antes, a Igreja detinha o poder sobre o controle social e político, estando a par de todos os acontecimentos. George Duby e Michelle Perrot, na obra Instituto Federal de Pernambuco. Campus Garanhuns. Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Linguagens e Práticas Sociais. 09 de Agosto de 2021.

História das mulheres no ocidente, examinam os estigmas relacionados às raízes de dominação ao corpo das mulheres. Em primeira instância, sobre o que constitui a mulher: o olhar masculino que modela as regras de comportamento. Um filtro masculino que impõe às mulheres sua maneira de viver, antes mesmo delas pensarem por si próprias, e, assim, se expressarem. A igreja que possuía o domínio, principalmente da vida conjugal dos moradores, admoestava categoricamente quando a mulher podia e devia ir contra o seu marido.

A condição feminina estava no enquadramento matrimonial. Fora dele, as mulheres eram ainda mais distanciadas. De acordo com Zuber (1989), “são mulheres sem família, as que se colocam fora da ordem natural atribuída ao sexo feminino pela sociedade medieval” (p.208). Ou seja, dentro do casamento, passando a serem vulneráveis e com reputação manchada, sendo elas: viúvas sós; mendigas que ganham o seu sustento fiando; criadas de servir que vivem fora de uma comunidade religiosa. Para tais, suas condições na sociedade eram desiguais, pois, em tudo se tornavam suspeitas de mau comportamento, podendo serem acusadas de prostituição.

Sobretudo antes das crises do século XIV, muitas mulheres exercem uma atividade mais autônoma fora de casa. Para maior parte, a necessidade de trabalhar está diretamente ligada à sua situação matrimonial ou a perda de proteção familiar. Para arranjar o dote ou o enxoval, as filhas das famílias pobres vão servir, por vezes ainda crianças, frequentemente já adolescentes. Sobretudo as viúvas é que vão constituir o núcleo principal dos exércitos de trabalhadores, por se verem demasiadas vezes ameaçadas pela solidão e pela miséria (ZUBER, 1989, p.208).

Por outro lado, se para a classe alta engravidar várias vezes era uma maneira de diminuir no número de mortalidade ou pelo menos uma tentativa de mais filhos chegarem à fase adulta, para a classe menos abastada, evitar filhos era uma necessidade real. Com isso, acreditava-se que amamentar evitaria a gravidez de maneira natural.

Diante dessa problemática vivida pelas mulheres pobres em relação ao nascimento de filhos, encontramos um valor bastante significativo de infanticídio e abandono nos lares miseráveis. De acordo com Zuber, a rejeição aos recém-nascidos tornara-se prática nas cidades, entre criadas, livres ou servas, que, passando por crise de subsistência, entregavam seus rebentos ao hospício da cidade na esperança de fazê-los sobreviver. Vale salientar que, como esperado, crianças abandonadas do sexo feminino eram em maior número.

Em relação ao trabalho da mulher, é perceptível que seu papel social vai além do esperado, trazer renda para casa, alimentar e nutrir sua família também fazia parte do cotidiano de várias mulheres, ainda que oculta, desvalorizada e mal remunerada, pois, “na escala social, nem todas estavam confinadas em casa” (Zuber, 1989, p.207).

No campo do trabalho feminino, nota-se que sua utilidade na costura e na fiação revela não só um papel a desempenhar pela mulher, sob o pensamento de que o ócio é pecado, mas, também, dois fatores principais: primeiro, tem como objetivo neutralizar a natureza feminina, obrigando-a a uma atividade constante na tentativa que ela não se perca em devaneios perigosos à sua honra e à honra da casa; segundo, atende às necessidades do consumo doméstico, além de visar o lucro. Ou seja, o produto, fruto da atividade têxtil das mulheres, tinha uma função econômica.

2.2 A literatura medieval no contexto cultural

Um dos grandes nomes cotados para o *rol* de pesquisadores (as) do estudo da Idade Média é Régine Pernoud. Nas obras *Luz sobre a Idade Média* (1978) e *A mulher no tempo das catedrais* (1980), destacam-se conceitos fundamentais às questões que envolvem a organização social em quase todos os aspectos possíveis de discussão: o vínculo feudal; a vida rural e urbana; a realeza; as relações internacionais; a Igreja e o ensino; as letras e as artes em geral; as ciências; a vida quotidiana e, por fim, a mentalidade medieval. Nessa perspectiva, um dos papéis exercidos pelas mulheres, segundo Pernoud (1978), é o de ser colaboradora na *maînbournie*, que seria a administração da comunidade e da educação dos filhos. Acrescenta ainda, sobre o ensino, que “a criança, na Idade Média como em todas as épocas, vai à escola. Em geral, é a escola da sua paróquia ou do mosteiro mais próximo. Com efeito, todas as igrejas agregam a si uma escola” (p.86).

Um ponto discutido por Pernoud sobre o ensino nos faz questionar a relação existente entre cultura e letra. Ou seja, sabendo que havia os meios de se instruir a população, mesmo estando na pobreza, deixando de ser, portanto, um obstáculo, visto que o ensino era gratuito, da escola da aldeia (paróquia) até à Universidade, nos perguntamos o seguinte: o povo, de fato, era tão ignorante na Idade Média como se pensou por tanto tempo? O domínio do alfabeto é critério da cultura? O iletrado é ignorante ou a educação se dava, sobretudo, pelo visual? Pergunta Pernoud.

Considerando os traços pertinentes que a autora levanta, observa-se que na Idade Média “era-se mais instruído então pelo ouvido do que pela leitura. Por mais honrados que sejam, os livros, os escritos têm apenas um lugar secundário; o papel de primeiro plano é reservado à palavra, ao verbo” (p.105). Por esse caminho subentende-se que a linguagem em suas diversas manifestações desempenhou uma extraordinária função no seio da difusão cultural e do pensamento erudito, devido a sua capacidade de transpor o mundo letrado ao mundo das práticas cotidianas, ambas alimentando-se do social e das possibilidades de difusão do saber. Na empreitada da palavra, enquanto disseminadora do cotidiano secular e especialmente da vida sacra, vislumbram-se as articulações culturais em todos os setores da vida. Um exemplo disso seria a pregação - elemento essencial da vida medieval - não apenas nas igrejas, mas nos mercados, nos campos, nas feiras, nas encruzilhadas, enfim, em todos os espaços, pois, “a pessoa instruía-se escutando, a palavra era de ouro” (p.105), principalmente pela “Bíblia dos iletrados”, aquela apreendida pelo ouvido.

Outro ponto que vale salientar é o trabalho minucioso dos pesquisadores que conseguiram, com muita persistência, trazer ao público a existência de uma Literatura Medieval. Segundo Pernoud, “uma boa parte da produção literária da Idade Média está ainda em estado de manuscrito, enterrada nas nossas bibliotecas, enquanto se reeditam sem cessar as mesmas obras” (p.108). Além disso, diz-nos que a poesia era um domínio comum, tanto aos príncipes, quanto aos vagabundos, o que demonstra que nesse período não existia um corpo de elite, mas trocas fecundas entre as classes sociais.

Nisso enfatiza que “as alegrias do espírito não eram reservadas aos privilegiados ou aos letrados e podia-se, sem saber grego ou latim, e mesmo sem saber A ou B, ter acesso às mais altas delícias da poesia” (p.110). Desse modo, falar de uma literatura do povo, de uma literatura clerical e de uma literatura da nobreza, é trazer,

em seu conceito geral sobre as obras de arte, sua participação, tanto de uma, quanto de outras classes, ainda que algumas sinalizassem gostos aqui ou ali, a exemplo dos romances de cavalaria, preferidos pela nobreza.

a literatura medieval reproduz-lhe os menores contornos, os mínimos cambiantes. Todas as classes sociais, todos os acontecimentos históricos, todos os traços da alma [...]. É que a poesia foi a grande ocupação da Idade Média e uma das suas paixões mais vivas. Reinava por toda a parte: na igreja, no castelo, nas festas e nas praças públicas; não havia festim sem ela, nem festejo em que ela não desempenhasse o seu papel, nem sociedade, universidade, associação ou confraria onde ela não tivesse acesso (p.109)

Sendo ela a razão de toda poesia e inspirações de canções, dedicam-lhes versos, pois “a Idade Média representa a grande época da mulher, e, se há um domínio em que o seu reinado se afirma, é o domínio literário” (PERNOUD, p.120). Todavia, não é a única, havia outro tema universal que se tornou medieval: Deus. Sabendo disso, o pensamento de Deus se tornara inseparável da poesia medieval, porque não se podia negligenciar o sentimento religioso, nesta época de fé sincera.

Sabendo que a literatura medieval é tão rica de gêneros como de temas literários, que não estamos presos à poesia em si, mas a gêneros literários próprios de cada autor, não foi nossa intenção nos atermos a um único gênero textual, mas às palavras expressas, às experiências e à honestidade de cada autora, mais adiante apresentada. Vale destacar também que a escrita historiográfica e a literatura precisam estar atentas ao movimento do leitor e do autor, presos em seu momento histórico, pois, como diz Chartier (2001), ela visa “construir uma leitura histórica das obras literárias, mas sem destruir sua condição mais real: o mistério” (p.98).

3 METODOLOGIA

A pesquisa fez-se por meio do conceito de historiografia literária, ou seja, a promoção entre a teoria da história e a teoria literária, portanto, entre história e literatura. Para tanto, utilizamos os textos de caráter mais documental, juntamente com o gênero literário. Além disso, usamos o contexto de produção da literatura medieval: recortados por sua localidade, que será os mosteiros e a corte, tendo na educação feminina das damas e das religiosas nosso foco maior. Portanto, dada as circunstâncias, é de extrema necessidade entendermos como eram as mulheres instruídas nos tempos feudais e medievais.

Por outro lado, fica evidente que será analisada também a relação entre texto e imaginário social. Para fins de interpretação, usaremos os textos literários de três autoras, apenas: de Gertrudes - A grande - autora da obra mística “*O arauto do Amor Divino*”; Dhuoda, obra “*Manual para meu filho*”, nesta temos o testemunho precioso sobre a mentalidade e o grau de cultura do século IX; e Egéria (século IV/V) com a obra “*Peregrinação de Santa Silvia de Aquitana a Terra Santa*”. Em especial, apegar-nos-emos ao motivo da viagem de Egéria: levar a suas “irmãs” o testemunho ocular dos lugares santos, uma missão que ela própria acredita ser o fruto de uma inspiração divina, sendo a primeira escritora em língua latina da Idade Média. “O texto é o segundo testemunho escrito de uma peregrinação ao Oriente (viagem empreendida cerca de 50 anos depois da do peregrino de Bordéus) e o primeiro que se conhece redigido por uma mulher” (COSTA; COSTA, 2019, p.28).

Sobre a História e a análise de textos, utilizamos a obra, organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, intitulada “*Os domínios da História*” (1997).

Trata-se, antes, de relacionar *texto* e *contexto*: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.540).

No que se refere à Idade Média, nosso objeto de estudo aqui é fazermos eco às palavras de Pernoud (1980) que, destacando o papel da mulher na construção do conhecimento intelectual nesse período, diz:

Até o fim do período medieval, verificaremos nos sermões, nas conversações, em toda a produção literária, em verso ou em prosa, e até nas farsas e trovas, numa frequência semelhante, constantes referências ao Novo e ao Velho Testamento. Pode dizer-se que o recurso à Sagrada Escritura forma a estrutura de tudo o que foi dito, escrito, pensado, durante os séculos feudais e medievais” (PERNOUD, 1980, p.57).

Nesse sentido, a abordagem que se faz sobre os textos no Ocidente, precisa ser entendida a partir da linguagem das escrituras, o que para George Duby é compreendido com um questionamento: “o que era a vida privada nos tempos feudais? Para construir uma problemática eficaz – pois, repito-o, é disso que se trata – o melhor método, creio, é partir das palavras, explorar um campo semântico, isto é, o nicho onde se acha refugiado o conceito” (DUBY, 2009, p.15).

Por fim, em todo caso, o trabalho em si consiste em “levar em consideração as circunstâncias de produção, mais especificamente no que concerne à intencionalidade do sujeito falante” (CHARAUDEAU, 2008, p.25). Essas representações coletivas, que uma determinada sociedade (ou grupo social) constrói para si, produzem as condições de produção e de interpretação do ato de linguagem ou as circunstâncias de discurso, das quais o autor acima citado aborda na obra “*Linguagem e discurso: modos de organização*” (2008).

4 A ESCRITA LITERÁRIA DE VOZES FEMININAS NO MEDIEVO

4.1 Dhuoda: a escrita de uma mãe

A escrita de Dhuoda nos traz uma reflexão bastante específica sobre o pensamento educativo de autores medievais, refiro-me ao texto *La educación Cristiana de mi hijo* (Manual pra meu filho). Dhuoda foi uma mãe e uma esposa da nobreza do século IX. Por meio do estudo do Manual de Dhuoda, pretendemos compreender a influência do contexto político-social da época, assim como exemplificar a contribuição dessa mulher para o meio acadêmico, especialmente sobre o modelo de educação vigente. Sendo assim, o principal objetivo da proposta pedagógica de Dhuoda é a fidelidade: o texto em si expressa a crise do Império Carolíngio e o início das bases da sociedade feudal, mostrando também o fortalecimento das relações feudo-vassálicas, que seriam a fidelidade.

Tienes a Carlos como señor, porque Dios, como creo, y tu padre Bernardo lo han elegido, para que tu le sirvas ya desde los primeros años de tu juventud con todas tus fuerzas; tem en cuenta que has salido de una familia elevada y noble por ambos padres; no le sirvas sólo por ser agradable a tus ojos, sino también conforme a tu inteligencia, tanto

mediante el cuerpo como mediante el alma; guárdale em todo acontecimiento una fidelidad provechosa, leal y segura (DHUODA, 1995, p. 86).¹

É interessante notar que além do manual ser dirigidos aos filhos do sexo masculino, Dhuoda manifesta a compreensão do conhecimento político e de que estava a par dos assuntos decorrentes de seu tempo. Isso evidencia o ideal de homem para o período, que estava intimamente ligado ao ser cavaleiro, fiel e grande guerreiro. Tal ideal era obtido por meio da obediência a Deus, ao pai e ao rei.

Sua proposta educacional é de natureza cristã escolástica, em que procura conservar os princípios aristocráticos da sua linhagem. Desse modo, duas questões levantam-se com esse texto: a recuperação de um manual pedagógico, sob o formato de *Espelho de Príncipe*; e a importância da história, já que proporciona o conhecimento, não somente político, social e cultural, mas também de valores éticos e morais.

A obra foi escrita em Úzes, entre 30 de novembro de 841 e 2 de fevereiro de 843. Afastada por questões políticas, Dhuoda decide participar da vida de seus filhos ao escrever o manual que continha orientações à formação de seu primogênito, Guilherme, que tinha apenas 16 anos, procurando ensinar os valores morais, os comportamentos e as virtudes necessárias à sua educação, pautada na conduta cristã. Sua cultura estava respaldada no saber medieval que é a Sagrada Escritura e os escritos poéticos e gramáticos da antiguidade. Isso demonstra além do seu caráter original, a capacidade intelectual e o nível de instrução de algumas mulheres da nobreza. Dessa forma, "com o pensamento clássico podemos analisar o debate; a produção do saber e a ação desta mãe em seu tempo histórico, com o escrito sagrado; e o nível de conhecimento da autora, pois, conhecer a Bíblia na Idade Média significava ser letrado" (VIANA; OLIVEIRA; 2013, p. 21514). É com essa abordagem que Pernoud (1980) considera o manual de Dhuoda o mais antigo tratado francês de Educação e a única no gênero que se distingue dos demais *Espelhos* carolíngios. No período carolíngio, Manual é, de modo geral, sinônimo de *Espelho* – guia de orientação política, de educação física, moral e literária para os jovens aristocráticos.

Así, pues, bien conforme al cómputo griego, o conforme al latino, las dos lecturas expresan todo lo que se puede decir de Aquel que es llamado Dios. Así, el cinco sirve para guardar los cinco sentidos corporales, es decir, la vista, el oído, el guto, el olfato y el tacto. El cuaternario alude al [número] IIII, o a los cuatro elementos del corpo que hay que mantener, o sea, el calor, el frío, lo húmedo y lo seco; o bien sea para guardar las cuatro virtudes, es decir, la justicia, fortaleza, prudencia y templanza; o a los llamados cuatro evangelios; o bien para abarcar y custodiar las cuatro partes del mundo, es decir, el oriente, el occidente, el norte y el sur. El ternario también se refiere a la perfección del número tres, que es interpreta em su más alta expresión como la del Padre, el Hijo y el Espíritu Santo; o también a estos tres dones: el pensamiento limpio, la palabra santa y la contemplativa, o también a dos facultades: la capacidad de entender y la de

¹ Você tem Carlos como seu senhor, porque Deus, como eu acredito, e seu pai Bernardo têm escolhido para que você já o sirva desde os primeiros anos de sua juventude com toda sua força; esteja ciente de que você veio de uma família elevada e nobre para ambos os pais; não o sirva apenas sendo agradável aos seus olhos, mas também de acordo com a sua inteligência, tanto por meio do corpo, quanto por meio da alma; guarde tudo para ele, evento, uma fidelidade lucrativa, leal e segura.

obrar, que tienen como modelo los dos mandamientos, o sea, el amor de Dios y al prójimo [...] (DHUODA, 1995, 67).

Nesse sentido, a obra de Dhuoda endossa tanto a relevância histórica, quanto a literária. Na primeira, porque foi escrito entre a morte de Luís - o Piedoso - e a partilha de Verdum², em 843, o que mostra os eventos de então como fonte histórica; na segunda, pelo seu caráter autobiográfico e de testemunho espiritual, já que Dhuoda manifesta a importância da escrita de memória e da leitura.

Le Goff, ao tratar da relação entre literatura e sociedade, esclarece que a imagem do social que aparece na literatura e nas iconografias mantém relações complexas com a sociedade global de que fazem parte. Para ele, seriam as classes dominantes que comandam os grupos restritos e os escritores que a realizam. Nas suas palavras, essas imagens passaram a ser “expressão, reflexo e sublimação ou camuflagem da sociedade real” (LE GOFF, p.122). Mais adiante, Le Goff, ao tratar da literatura em sua definição de “espelho da sociedade”, queixa-se por ser um espelho deformante, conforme os desejos conscientes ou inconscientes da alma coletiva que nele se olha, e dos interesses, dos preconceitos, das sensibilidades, dos que fabricam esses espelhos e os mostram à sociedade. Segundo ele,

A literatura oferece mais imagens do que imagens ao historiador das sociedades e das civilizações, obrigando-o assim a tentar ser o psicanalista do passado coletivo. Este espelho da sociedade, que a literatura nos oferece, pode ser, por vezes, um espelho sem estanho, através do qual as figuras desaparecem, escamoteadas pelos fabricantes de espelhos” (LE GOFF, p.122).

Utilizamos o texto de Le Goff para sinalizar que o Manual de Dhuoda se encaixa perfeitamente na análise do autor mencionado, por se tratar de uma mulher da nobreza que também produzia seus escritos a partir do lugar social em que se encontrava, podendo também ser apenas uma visão de espelho, classificado a partir dos interesses de Dhuoda. Vale lembrar que a autora deixa clara a sua intenção no momento em que ela confessa que suas orientações manteriam vivos tanto o corpo físico, quanto a alma de seus filhos, de seu marido e dela própria, pois a fidelidade ao rei e a Deus garantia isso e, ao mesmo tempo, suas posições sociais.

Enfim, os relatos de Dhuoda oferecem-nos elementos riquíssimos sobre a medievalidade feudal, especialmente no que se refere à educação, à ética e à fidelidade. Encontram-se, assim, divididos: Prólogo - *o autor e suas razões para escrever*; Livro 1 - *amar a Deus*; Livro 2 - *o mistério da Trindade*; Livro 3 - *a ordem social e o sucesso secular*; Livro 4 - *vida moral*; Livro 5 - *castigo de Deus sobre aqueles que ele ama*; Livro 6 - *a utilidade das bem-aventuranças*; Livro 7 - *a morte do corpo e do espírito*; Livro 8 - *como orar e para quem*; Livro 9 - *os números de interpretação*; Livro 10 - *resumo dos pontos principais da obra, mais sobre o autor*; Livro 11 - *a utilidade de recitar o Salmo*. Dhuoda oferece uma proposta educacional no século IX, interligada à mentalidade coletiva da época, com originalidade e

² O Tratado de Verdun é um acordo firmado no ano de 843, em Verdun, entre os três filhos de Luís, o Piedoso: Lotário, Luís, o Germânico e Carlos, o Calvo. O tratado atribuiu a Luís a parte do império que ficava à margem do Reno, com Mogúncia, Vormácia e Espira. Carlos recebeu o litoral do Oceano e as bacias do Escalda, do Sena e do Garona; a Lotário coube a Itália, o vale do Ródano e do Saona e a margem esquerda do Reno. Com isso, Lotário conservou o título imperial. (MAGNE, 1991, p. 19).

devoção aos princípios cristãos. O gênero literário *Espelho de Príncipe* levanta instruções válidas para toda sociedade e não somente à educação da nobreza. A educação familiar é um ponto crucial em sua abordagem, visto que, em sua defesa, Dhuoda reivindica o direito de educar seu filho, fazendo a seguinte indagação: quem melhor do que uma mãe para instruir? Para mais apreciação, os originais do *Liber manualis* (Livro manual) encontram-se hoje na Bibliothèque Nationale de Paris.

4.2 Egéria: a escrita de uma peregrina

O Itinerário realizado entre 381-884 aos lugares santos por Egéria traz relatos marcantes de espaços sagrados para o cristianismo. Nele, a descrição é detalhada por caminhos traçados especialmente de figuras e de passagens da Bíblia, principalmente do Antigo Testamento.

A peregrinação de Egéria possibilita a clarificação dos aspectos sociais, culturais, políticos e religiosos do século IV, no Noroeste Peninsular. Mais do que isso, a carga simbólica da viagem tramita pela ânsia de salvação e de purificação da alma e do espírito, o que remonta ao lado invisível da viagem. Egéria usa o latim vulgar, usa também formas e semânticas novas, utilizando-se da língua coloquial porque desejava ser entendida por todos aqueles que a ouvia. Para Oliveira (2014), Egéria foi uma “mulher que se aventurou numa longa viagem exterior para se descobrir numa viagem interior, materializada também pelo poder da palavra escrita” (p.45).

Em 1910, uma nova edição foi feita, com o título: *Peregrinatio [ou Itinerarium] Aetherae ad Loca Sancta* (Peregrinação [ou Viagem] de Etéria a Terra Santa), revelando a identidade da verdadeira autora. Isso se dá devido ao fato de faltarem, ao manuscrito de Egéria, as primeiras folhas, as últimas e duas folhas do meio, daí as especulações acerca do nome da autora. Alguns autores defendem que a origem de Egéria é situada na província da Gallaecia. Um dos principais argumentos que ratificam essa afirmativa seria o tipo de latim que ela usou no Itinerário.

Ainda hoje, existem controvérsias sobre a origem familiar e a posição social de Egéria. Em um primeiro ponto, a questão se faz por meio da indagação se ela seria monja e/ou nobre, o que é confirmado por seu prestígio junto a Igreja Institucional da época, pois, em seu relato, era bem acolhida nos mosteiros e pelas autoridades eclesiásticas. Quanto a sua nobreza, infere-se que a resposta mais assertiva para essa questão se dá por meio dos recursos financeiros. De fato, como poderia uma mulher fazer tal empreitada se não fosse pela família aristocrática? Ou, como ser tão bem recebida pelas autoridades imperiais?

Outro ponto controverso que paira sobre Egéria seria acerca de sua capacidade intelectual, já que o *Itinerarium* teria sido escrito por uma mulher capaz de escrever em latim. Pois, ela não só escreveu, mas foi a primeira escritora em língua latina da Idade Média, sendo esta sua obra considerada o segundo testemunho escrito de uma peregrinação ao Oriente.

A obra de Egéria encontra-se organizada da seguinte forma:

a primeira parte, com 23 capítulos (I-XXIII), descreve os lugares sagrados e pontos geográficos em suas viagens, e está dividido em quatro etapas da viagem: 1) Peregrinação ao Monte Sinai e a volta a Jerusalém (cap. I-IX); 2) Subida ao Monte Nebo (X-XII); 3) Saída de Jerusalém e visita ao túmulo de Jó, em Cárneas ou Denaba, cidade de Ausítide (XIII-XVI); 4) Depois de três anos em Jerusalém (cf. XVI,7 e XVII,1), peregrinação à Mesopotamia

Syriae (XVI-XXI) e o regresso à Constantinopla, de onde partiria (XXI-XXIII). Na segunda parte, 26 capítulos (XXIV-LIX), Egéria detalha as práticas litúrgicas e eclesiásticas da Igreja em Jerusalém, onde não faltam informações sobre os santuários numerosos, e alguns suntuosíssimos, construídos principalmente nos 'lugares sagrados' e onde se realizaram as cerimônias acima referidas: a Basílica do Santo Sepulcro (com a Anastasis, o Calvário e o Martyrium ou Ecclesia Maior), o santuário do Cenáculo de Sião, os três santuários do Monte das Oliveiras (Imbomon, Eleona e Getsemani), a basílica de Belém e duas igrejas na Betânia, uma das quais é a chamada Laza (COSTA; COSTA, p. apud VALLE, 2008, p.26-29).

Sobre a sua literatura de viagens e o seu itinerário é possível dizer que,

com Egéria ficamos sem saber quando voltou e se voltou, e também se chegou a concretizar parte da viagem que aspirava fazer – ir a Éfeso, na Ásia, rezar no túmulo do apóstolo João. Uma das últimas coisas que sabemos do seu Itinerário é que regressou a Constantinopla, fazendo o mesmo percurso da ida – Monte Taurus, Capadócia, Galácia, Bitínia e Calcedónia. Atravessando o mar chegou a Constantinopla (OLIVEIRA, 2014, p.47).

Rosa Oliveira (2014) procura abordar as dificuldades no enquadramento tipológico do Itinerário de Egéria, se são Epístolas ou Literatura de Viagem. Em relação à Literatura de Viagem, procura entender se existe apenas um tipo de viagem - peregrinação - ou se contém também elementos de outros tipos de viagem (comércio, expansão, erudição-formação-saber e imaginária).

A literatura de viagem é classificada no gênero de fronteiras devido a sua natureza interdisciplinar, que dialoga com outras áreas do saber: Literatura, História, Antropologia e outras áreas humanísticas. Em relação à tipologia epistolar, a estrutura do texto de Egéria

se enquadra em convenções que caracterizam este gênero literário e privilegia a relação com as destinatárias. As epístolas, quanto ao conteúdo, são textos compósitos, que abarcam um conjunto quase ilimitado de temas [...]. A linguagem e o estilo são também variados [...]. Egéria socorre-se de um estilo e linguagem que reflectem uma busca intencional de simplicidade e clareza discursiva, mas por vezes incorre na enumeração longa e detalhada, suscitada pela curiosidade e satisfação por estar a cumprir o sonho de ver os famosos lugares das Escrituras e pisar a terra sagrada de Israel. (OLIVEIRA, 2014, p.48 apud MARIANO; NASCIMENTO; 1998: 38-39).

Ainda sobre essa possibilidade de uma literatura epistolar, acrescenta-se às destinatárias: “Egéria estava ligada a um certo grupo de mulheres religiosas, as quais são as destinatárias diretas de seus escritos, pois diversas vezes fala de algumas “*domnae* - senhoras”, a quem dirige suas palavras, com as quais tem certo compromisso religioso” (COSTA; COSTA; p.24).

Sobre a Literatura de Viagem, usando a abordagem de Fernando Cristóvão, que define os cinco tipos de Viagem e as características de cada, Rosa Oliveira (2014) julga pertinente que o Itinerário de Egéria perpassa por definição, em primeiro plano, pela Viagem de Peregrinação, mas que também possui traços de viagem de Erudição-formação-serviço e da viagem Imaginária, deixando de lado as viagens de Comércio e de Expansão. Isso é afirmado por não se achar nos textos de Egéria ligações fortemente definidas nessas características em particular, apesar de descrever aspectos referentes aos modos e aos costumes dos lugares que passara.

Na tipologia de Erudição, a preocupação era com a aquisição de conhecimentos. Esse fato fica evidente na obra de Egéria, quando ela fala da alegria em aprender a língua grega, em disseminar o conhecimento geográfico, nítido em muitas passagens. Mostra-se também na descrição da liturgia de Jerusalém, demonstrando o cuidado em compartilhar as experiências vividas, além de sua intenção didática e pedagógica. Na tipologia de Viagem Imaginária, fala-se das passagens bíblicas e do desejo de comunhão com o Divino, o que representa a dualidade entre a viagem real e os elementos fantásticos e de milagre. Na Viagem de Peregrinação, encontramos traços riquíssimos de detalhes sobre os lugares imortalizados pelo Cristianismo, e Egéria descreve tanto as curiosidades regionais, quanto as históricas. Além disso, traz informações sobre a arquitetura religiosa, a vida social e política da época, para aqueles que desejam empreitar em uma peregrinação ao oriente.

Sobre essa autora, em especial, destacam-se as informações acerca dos lugares e dos monumentos bíblicos, o que corrobora diretamente no conhecimento histórico dos percursos da expansão do cristianismo no medievo, provando ser culta, a julgar pela linguagem empregada e pelo conhecimento bíblico, legando-nos o compartilhamento que até hoje é utilizado como fonte, por linguistas, historiadores e profissionais de outras áreas.

4.3 Gertrudes: intelectualidade e mística cristã

Gertrudis Von Helfta, a Grande, nasceu em 06 de janeiro de 1256, na Turíngia (Alemanha). Aos cinco anos de idade chegou ao mosteiro cisterniense feminino da Helfta, onde “recebeu a educação clássica de seu tempo: o *trivium* e o *quadrivium*, o que lhe assegurou uma sólida cultura literária, filosófica, teológica e musical” (COSTA; COSTA; p.165 apud FORASTIERI, 2013, p.107). Ela recebeu o nome de Grande devido a sua estatura cultural e evangélica, por meio da sua vida e do seu pensamento.

Em 27 de janeiro de 1281, Gertrudes teve uma visão de Cristo, que a fez mudar radicalmente, descrita por ela no seu *Memorialis Adundantia Divinae Pietatis* (Memorial da Abundância da Divina Piedade). Desde então, dedicava-se a uma vida de oração e de contemplação, acompanhada de experiências místicas. Nesse momento, passa do estudo dos clássicos (Letras e Filosofia) às Sagradas Escrituras, do intelectualismo à vida mística, passando a ser uma representante da teologia monástica. De 1281 a 1289, desenvolveu um trabalho intelectual de tradutora e comentadora dos textos sagrados. Além disso, dedicava-se à organização da Liturgia e das festas religiosas.

No itinerário espiritual de Gertrudes de Helfta, a centralidade estava no amor (*agápe/ cháritas*), seu emblema era o Coração de Cristo, enraizado no terreno da liturgia, de tal modo que acessa a literatura patrística e mística - Gregório Magno, Agostinho, Hugo de São Vitor. Abaixo, temos um trecho que evidencia tanto a linguagem dos textos gertrudianos, quanto às referências por ela utilizada.

Como as realidades invisíveis e espirituais só podem ser entendidas pela inteligência humana através da analogia com as realidades visíveis e materiais, convém representá-las por figuras humanas e materiais. Mestre Hugo [de São Vítor], ao falar do homem interior, no cap. XVI de seu tratado, ensina: “As divinas Escrituras, por alusão ao conhecimento do mundo interior e por condescendência à fragilidade humana, descrevem as realidades invisíveis como formas visíveis e imprimem em nossas mentes

sua lembrança como se fossem objetos desejáveis. Assim, ora falam de uma terra onde correm leite e mel, ora falam de flores e perfumes, além de comparar a harmonia das alegrias celestiais ao canto da voz humana ou ao concerto dos pássaros. Lede o Apocalipse de São João e encontraremos longamente descrita uma Jerusalém adornada de ouro, prata, pérolas e gemas preciosas; ora, bem sabemos que nada disso se encontra nesse lugar onde, entretanto, nada pode faltar; é que nada disso está ali especificamente, mas apenas por analogia (Arauto, Livro I, cap. 1, n. 4).

O sentido teológico da Liturgia de Gertrudes é cristocêntrico, especialmente a teologia paulina e as obras que testemunham os escritos gertrudianos são *Legatus Divinae Pietatis* – traduzido como *Arauto* ou *Mensagem do amor divino* e *Exercitia Siritualia*. Beneditina na saxônia do século XIII, a vida monástica de Gertrudes lhes resguardou a fertilidade de suas criações. Para Maçaneiro (2018), “Gertrudes conta o que sentiu com uma linguagem simbólica, repleta de emblemas e de sinais. Pois isto faz parte do seu estilo literário medieval” (p.27). Diz ele também que

bastaria uma leitura de alguns tópicos de seus escritos para nos impressionar com as inúmeras referências à liturgia, muitas vezes exatas e detalhadas. Uma amostra disto é o Livro IV do Arauto: o livro é ordenado segundo as festas litúrgicas que se sucedem do natal até Pentecostes, incluindo a festa dos Santos (MAÇANEIRO, 2018, p.16).

Os textos gertrudianos, enquanto escrita de si, resultam em narrativas de memória e em interpretações de experiências significativas, podendo seu material ser estudado também pela ótica da psicologia, assim como dos estudos histórico-culturais. Maçaneiro (2018) esclarece a perspectiva de análise da narrativa mística. Segundo ele, é necessário enxergá-la tanto pela ótica factual, quanto pela ótica conceitual, mas, sobretudo, na lógica simbólica, pois a literatura mística é inspirada nos textos bíblicos, mas também no material que o próprio autor consegue filtrar, a partir de suas experiências pessoais.

Para se compreender a constituição do sujeito na linguagem ou nas linguagens, enquanto relato de uma escrita si, Sibilia (2008) orienta que é preciso entender os sentidos da experiência pessoal e da multidão de outras vozes, que também nos modelam, pois “os relatos autobiográficos não só testemunham, mas também organizam e inclusive concedem realidade à própria experiência. Essas narrativas tecem a vida do eu e, de alguma maneira, a realizam” (SIBILIA, 2008, p.33).

5 CONSIDERAÇÃO FINAIS

Em algum momento as mulheres medievais foram produtoras de imagens fragmentadas. Dhuoda evidencia isso ao instruir seu filho, porém, foi além ao propor um modelo de educação para a época, mesmo baseado na sua realidade, que até hoje é visitado por educadores. Aliás, todas as obras mencionadas são objetos de estudos na atualidade. Por isso, não nos compete uma profundidade em seus textos, mas apresentá-las, trazê-las à luz, expor o que elas pensavam a respeito dos acontecimentos cotidianos, de como as viam ou sentiam. Gertrudes é um exemplo disso, ao expressar suas inquietações, devoções e ações, com o objetivo de compartilhar o caminho para o Coração de Jesus. Caminho esse que é seguido por Egéria em outra dimensão, em outros percalços, em outra logística, tão importante quanto. Esse novo tipo de mulher - a religiosa - varia de acordo com o contexto histórico e espacial, mas em todas se identifica as representações da grande maioria das mulheres medievais, que passam por um lugar de produção social das existências.

Percebe-se muitas vozes, mas permanecem suas próprias questões, sensações e percepções. Por isso, podemos dizer que, ainda em poucos casos, houve mulheres que contribuíram para a construção do pensamento erudito medieval, que se destacam das demais por sua intelectualidade, desejo de partilha, posição social, oportunidades de ensino e, sobretudo, pela presença.

O trabalho do historiador é acima de tudo uma prática de leitura, somos leitores profissionais e, como tal, dependemos da articulação minuciosa de referências auxiliares, tendo como objetivo uma análise textual, a mais profunda possível. Não se trata apenas de interpretação, mas de compreensão, de indagação, pois foi a partir dos Annales que houve esse deslocamento de metodologias. Dessa forma, as perguntas às fontes passaram a ser o primeiro passo de uma discussão historiográfica. Nessa perspectiva, a presente pesquisa desempenha um papel de grande responsabilidade devido ao seu papel social, pois, na condição de ser do presente, o pesquisador levanta também questões de seu tempo, indagadas ao passado.

Essa atividade exigiu que nos debruçássemos sobre os textos-base, mas que também buscássemos o contexto social, no qual viveram nossos autores mencionados ao longo do texto, suas referências, e o universo intelectual em que estavam submersos. Uma de nossas intenções é “demonstrar como é possível articular contextos mais gerais com contextos intelectuais, institucionais chegando a trajetórias de específicos” (Muniagurria; Zoreck, 2017, p.16). Outro ponto de crucial importância é a disseminação de que, para se interpretar um texto, não se deve vê-lo como um objeto isolado do mundo, mas validar os contextos de escrita e/ou de leitura, pois todo texto é produto de um contexto, sendo necessário compreender quais foram as condições de sua produção e perceber que todo acontecimento está sujeito às estruturas de longa duração, como bem nos lembra Braudel.

Teria mesmo a literatura a função fabuladora de inventar um povo como atesta Deleuze? Ou seria menor a enunciação coletiva de um povo por intermédio do escritor? Seriam vozes que representam as expressões de um povo ou de um ser apenas? Finalizamos nossas in(conclusões) nas palavras de Deleuze ao escrever sobre literatura e a vida: “não há linha reta, nem nas coisas, nem na linguagem. A sintaxe é o conjunto dos desvios necessários, criados, de cada vez, para revelar a vida nas coisas” (DELEUZE, 1997, p.03).

Referências

BLOCH, M. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1989.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Marcos Roberto Nunes; COSTA, Rafael Ferreira **Mulheres intelectuais na Idade Média: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística [recurso eletrônico]** / Marcos Roberto Nunes Costa; Rafael Ferreira Costa -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

DELEUZE, Gilles. “A literatura e a vida”. In: _____. **Crítica e clínica**. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (dir.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, São Paulo: Ebradil, 1990. Trad. Ana Losa Ramalho et alii. v.2: A Idade Média, sob a direção de Cristiane Klapisch-Zuber. s.n.t.

DUBY, G.; ARIÉS, P.H. História da vida privada, 2: da Europa feudal à Renascença / organização Georges Duby; tradução Maria Lúcia Machado — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DHUODA. **La Educación cristiana de mi hijo**. Pamplona: Editora Eunate, 1995.

ECO, Umberto. **Idade Média – Bárbaros, cristãos e muçulmanos**. Trad. Bonifácio Alves Portugal: Editora Dom Quixote, 2010.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, trabalho e Cultura no Ocidente. Trad. Maria Helena da Costa Dias Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Tradução: Marcos de castro. São Paulo: Editora Brasilense, 1985.

LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial presença, 1989.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História - novos problemas, novas abordagens, novos objetos**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, 03 volumes.

LE GOFF, Jacques (dir.). **Homens e Mulheres da Idade Média**. Trad. Nícia Adam Bonatti. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

MAÇANEIRO, Marcial. **A mística do amor em Gertrudes de Helfta**: uma obra do Espírito Santo. Coletânea, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 13-32, jan./jun. 2018.

MUNIAGURRIA, Lorena Avellar de. **Leitura e interpretação de textos historiográficos** [livro eletrônico] / Lorena Avellar Muniagurria, Brun de Macdo Zorek. Curitiba: InterSaberes, 2017.

PERNOUD, Régine. **A mulher no tempo das catedrais**. Trad. Miguel Rodrigues. Lisboa: Editora Stock, 1980.

PERNOUD, Régine. **Luz Sobre a Idade Média**. Trad. António Manuel de Almeida Gonçalves. Mem Martins: Publicações Europa - América, 1978.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres** / Michelle Perrot; [tradução Angela M. S. Côrrea]. — São Paulo: Contexto, 2007.

RÊGO, Paulo Romero Batista. **História, igreja e poder**. / Paulo Romero Batista Rêgo- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **História das mulheres e as representações do feminino**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2008.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: UnB, 1998.

VIANA, Ana Paula dos Santos; OLIVEIRA, Teresinha. **Educación Cristiana de Mi Hijo**: um estudo do Manual de Dhuoda. In: XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2013, Curitiba. Formação docente e sustentabilidade: um olhar transdisciplinar. Curitiba: Editora Champagnat, 2013. P. 21513-21525.